

Centro Social Paroquial da Vila de Alpendorada

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

Dados de identificação

Designação da entidade: Centro Social Paroquial de Alpendorada Sede: Rua Campo da Vinha, 6000
4575-027 Alpendorada Matos

Natureza da atividade: Atividades de Apoio Social para Infância e Terceira Idade S/ alojamento

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Na preparação das suas demonstrações financeiras a entidade está sujeita ao Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de junho, o qual aprova o Sistema de normalização contabilística (SNC), e demais legislação complementar, bem como as devidas alterações, em particular as alterações que constam no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpõe a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.

A entidade adotou por apresentação das suas demonstrações financeiras de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (SNC NCRF).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo normativo SNC-NCRF.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da entidade são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento Informático	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	6

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente registadas ao custo de aquisição. Quanto se justifique, as mesmas registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do período, na rubrica “Variação de valor das propriedades de investimento”.

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento”. No final do período de promoção e construção desse ativo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica “Variação de valor das propriedades de investimento”.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles adviem benefícios económicos futuros para a Entidade, sejam controláveis pela Entidade e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros das despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Entidade. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 10 anos, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são ser amortizados num período máximo de 10 anos. A vida útil de um ativo intangível é revista a cada período para determinar se os acontecimentos e circunstâncias continuam a apoiar uma avaliação de vida útil indefinida para esse ativo.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

3.5. Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), a isenção não compreende os rendimentos empresariais derivados do exercício de atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor.

3.6. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta, gastos gerais e ainda encargos com o financiamento.

3.7. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.9. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.10. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.11. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.12. Rédito e regime do acréscimo

O rédito comprehende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.13. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos sujeitos a depreciação, estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio

Centro Social Paroquial da Vila de Alpendorada
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de dezembro de 2023

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2022 e de 2023 foi o seguinte:

31 de dezembro de 2022					
	Saldo em 01-jan-22	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	40 000,00				40 000,00
Edifícios e outras construções	1 394 697,65	-	-	-	1 394 697,65
Equipamento básico	146 299,45	9 505,82	-	-	(683,65) 155 121,62
Equipamento de transporte	70 883,36	-	-	-	70 883,36
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	2 798,81	-	-	-	683,65 3 482,46
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
	1 654 679,27	9 505,82	-	-	1 664 185,09
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	199 745,18	27 757,20	-	-	(1 064,50) 226 437,88
Equipamento básico	147 470,81	1 414,66	-	-	275,23 149 160,70
Equipamento de transporte	37 282,12	4 833,24	-	-	651,51 42 766,87
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	2 741,35	25,08	-	-	- 2 766,43
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
	387 239,46	34 030,18	-	-	(137,76) 421 131,88
Valor total líquido	1 267 439,81	(24 524,36)	-	-	137,76 1 243 053,21

31 de dezembro de 2023					
	Saldo em 01-jan-23	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações
Custo:					
Terrenos e recursos naturais	40 000,00				40 000,00
Edifícios e outras construções	1 394 697,65	-	-	-	1 394 697,65
Equipamento básico	155 121,62	48 245,00	-	-	203 366,62
Equipamento de transporte	70 883,36	-	-	-	70 883,36
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	3 482,46	-	-	-	3 482,46
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
	1 664 185,09	48 245,00	-	-	1 712 430,09
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	226 437,88	27 757,20	-	-	- 254 195,08
Edifícios e outras construções	149 160,70	1 252,76	-	-	150 413,46
Equipamento básico	42 766,87	7 797,40	-	-	50 564,27
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	2 766,43	-	-	-	2 766,43
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
	421 131,88	36 807,36	-	-	457 939,24
Valor total líquido	1 243 053,21	11 437,64	-	-	1 254 490,85

5. Outros investimentos financeiros

No quadro abaixo podemos consultar os saldos de 2022 e de 2023.

	31-dez-23	31-dez-22
Fundos de Compensação do Trabalho	3 550,87	4 005,85
F.R.S.S.	-	-
(...)	-	-
Outras	-	-
	3 550,87	4 005,85
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
	-	-

6. Clientes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2023 a rubrica “Clientes” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-dez-23		31-dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	-	13 568,48	-	8 658,06
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	-	13 568,48	-	8 658,06
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	-	13 568,48	-	8 658,06

	31-dez-23		31-dez-22	
	Clientes gerais	Grupo / relacionados	Clientes gerais	Grupo / relacionados
Clientes				
Clientes conta corrente	13 568,48	-	8 658,06	-
Clientes conta títulos a receber	-	-	-	-
Clientes factoring	-	-	-	-
Clientes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
	13 568,48	-	8 658,06	-

7. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2023 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-dez-23	31-dez-22
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	4,36	-
Outros impostos e taxas	-	-
	4,36	-
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	2 460,00	2 429,43
Segurança Social	15 013,39	12 633,27
Outros impostos e taxas	-	-
	17 473,39	15 062,70

8. Outros ativos correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2023, a rubrica “Outras contas a receber” tinha a seguinte composição:

	31-dez-23		31-dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Outros	-	2 952,18	-	2 952,18
	2 952,18		-	2 952,18
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
	2 952,18		-	2 952,18

9. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2023, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-23	31-dez-22
Caixa	876,11	3 531,66
Depósitos à ordem	145 902,91	271 660,38
Depósitos à prazo	121 000,00	-
(...)	-	-
Outras	-	-
	267 779,02	275 192,04

10. Ajustamentos/ outras variações no capital próprio

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2023 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-23	31-dez-22
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	858 887,04	880 745,15
Doações	40 000,00	40 000,00
Outras	-	-
	898 887,04	920 745,15

11. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2023 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-23		31-dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários m.l.prazo (i)	-	-	-	-
Contas caucionadas (ii)	-	-	-	-
Contas bancárias de factoring (iii)	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas (iv)	-	-	-	-
Descobertos bancários contratados (v)	-	-	-	-
Locações financeiras (vi)	-	-	-	2 510,39
Benemeritos	-	-	-	-
Outros empréstimos (vii)	-	-	-	-
	-	-	-	2 510,39

12. Outros Passivos Correntes

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2023 a rubrica “Outras contas a pagar” não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-dez-23		31-dez-22	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-	39 656,63	-	32 389,19
Credores por acréscimos		100 121,30		86 252,03
Outas contas a pagar - Diocese do Porto	-	-	-	-
Outras contas a pagar - Caução Empreiteiro	-	-	-	-
	-	139 777,93	-	118 641,22

A rubrica, credores por acréscimos, representa encargos com férias do pessoal e créditos com o sindicato.

13. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2023 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	31-dez-23	31-dez-22
Fornecedores conta corrente	10 320,99	8 380,20
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-
Fornecedores outros	-	-
	10 320,99	8 380,20

Fornecedores	31-dez-23		31-dez-22	
	Fornecedores gerais	Grupo / relacionados	Fornecedores Gerais	Grupo / relacionados
Fornecedores conta corrente	10 320,99	-	8 380,20	-
Fornecedores conta títulos a pagar	-	-	-	-
Fornecedores recepção e conferência	-	-	-	-
Fornecedores outros	-	-	-	-
	10 320,99	-	8 380,20	-

14. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2022 e de 2023 foram como segue:

	2023			2022		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços	167 473,06	0,00	167 473,06	163 628,13	0,00	163 628,13
	167 473,06	0,00	167 473,06	163 628,13	0,00	163 628,13

Os serviços prestados dizem respeito a mensalidades dos utentes

15. Subsídios à exploração

Nos períodos de 2022 e de 2023 a Empresa reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:

	2023	2022
IPSS, IP (dotações)	454 608,12	489 012,83
IEFP	19 956,37	33 561,30
Município de Marco de Canaveses	153 246,96	36 017,94
Outros subsídios	-	1 960,00
	627 811,45	560 552,07

16. Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2023, é detalhado como segue:

	2023			2022		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	118 175,22	0,00	118 175,22	98 093,25	0,00	98 093,25
Custo de vendas	-118 175,22	0,00	-118 175,22	-98 093,25	0,00	-98 093,25
Saldo final em 31 de Dezembro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

17. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2023, foi a seguinte:

	2023	2022
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	13 980,03	12 013,83
Materiais	9 386,01	3 706,24
Energia e fluidos	51 664,00	50 480,04
Deslocações, estadas e transportes	796,14	453,11
Serviços diversos (*)	24 219,80	22 852,88
Rendas e alugueres	276,00	383,74
Comunicação	3 638,07	3 172,77
Limpeza e higiene	14 726,11	12 975,79
Seguros	5 172,66	5 122,67
	100 045,98	89 506,10

18. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2023, foi a seguinte:

	2023	2022
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	13 980,03	12 013,83
Materiais	9 386,01	3 706,24
Energia e fluídos	51 664,00	50 480,04
Deslocações, estadas e transportes	796,14	453,11
Serviços diversos (*)	24 219,80	22 852,88
Rendas e alugueres	276,00	383,74
Comunicação	3 638,07	3 172,77
Limpeza e higiene	14 726,11	12 975,79
Seguros	5 172,66	5 122,67
	100 045,98	89 506,10

19. Aumento/redução justo valor

	2023			2022		
	Aumento	Redução	Total	Aumento	Redução	Total
Em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-
Em investimentos financeiros	-	-	-	126,34	-	126,34
Em propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Em ativos biológicos	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	126,34	-	126,34

20. Outros rendimentos e ganhos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2023, foram como segue:

	2023	2022
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,03	0,37
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	133 687,33	313 955,21
	133 687,36	313 955,58

Durante o exercício de 2022 o CSPVA, recebeu um donativo em testamento de 200.000 euros, para obras no edifício de Memorial.

21. Outros gastos e perdas

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2023, foram como segue:

	2023	2022
Impostos	358,45	403,69
Descontos de pronto pagamento concedidos	707,88	968,55
Dividas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	-	-
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	-	-
Gastos e perdas em inv. não financeiros	-	-
Outros gastos e perdas	7 040,00	396,00
	8 106,33	1 768,24

22. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2023, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	2023			2022		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-
Ativos fixos tangíveis	36 807,36	-	36 807,36	34 030,18	-	34 030,18
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	36 807,36	-	36 807,36	34 030,18	-	34 030,18

23. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2022 e de 2023, tinham a seguinte composição:

	2023	2022
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
	-	-
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	33,43	1 252,56
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	33,43	1 252,56
Resultados financeiros		
	-	-

24. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

25. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

26. Proposta de aplicação de resultados.

A Direção, vai propor a afetação a resultados transitados do lucro do exercício de 2023 no valor de 7.364,73 euros



Centro Social Paroquial da Vila de Alpendorada
Demonstrações Financeiras Individuais
31 de dezembro de 2023

Alpendorada, Várzea e Torrão, 26 de abril de 2024

A Contabilista Certificada

A Direção
